Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em Psicologia e inscrição como membro efetivo da Ordem dos Psicólogos, para exercício de funções no Departamento de Educação

ATA N.º 7

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 11h20, reuniu, por meios telemáticos, o júri do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de técnico superior, com licenciatura em Psicologia e inscrição como membro efetivo da Ordem dos Psicólogos, para exercício de funções no Departamento de Educação, aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 26 de fevereiro de 2021, que recaiu sobre a proposta n.º 145/2021 e publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 16372/2021, 2ª Série, N.º 168, de 30 de agosto e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202108/0666, de 31 de agosto, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Presidente: Ana Gil, Chefe da Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa.

Vogais:

1.º Vogal Efetivo: Isabel Fernanda Sousa R. Resina Almeida, Técnica Superior do Departamento de Educação;

2.º Vogal Suplente: Fátima de Almeida, Diretora do Departamento de Recursos Humanos.

1. A reunião do júri teve por objetivo deliberar sobre a elaboração do projeto de lista unitária de ordenação final, uma vez mostrando-se concluído o processo de aplicação da totalidade dos métodos de seleção previamente definidos no âmbito do presente procedimento concursal. Nestes termos e ao abrigo do disposto no artigo 36.º da LTFP e no artigo 5.º da Portaria N.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, doravante designada por "Portaria", foram aplicados os métodos de seleção obrigatórios "Avaliação Curricular" e "Entrevista de Avaliação de Competências" aos candidatos que, preenchendo os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, não afastaram a sua aplicação (Cfr. n.º 3 do aludido artigo), "Prova de Conhecimentos" e "Avaliação Psicológica" aos restantes candidatos e a título de método de seleção complementar, a "Entrevista Profissional de Seleção", prevista na alínea a) do número do artigo 6.º da Portaria, a aplicar à totalidade dos candidatos que obtiveram resultado positivo nas fases anteriores.

2. Fazendo uma retrospectiva, ainda que resumida, do presente procedimento concursal, num primeiro momento e após a devida apreciação do preenchimento dos requisitos de admissão das candidaturas formalizadas, no dia 20 de outubro transato, o júri notificou os candidatos que não cumpriam os requisitos de admissão da intenção de os excluir, tendo-lhes concedido prazo para o exercício do direito de audiência de interessados.

3. Por conseguinte, os candidatos que, em sede de audiência prévia, vieram regularizar a sua candidatura mediante a entrega dos documentos em falta, foram admitidos ao presente procedimento

concursal, por via da devida inclusão na lista vertida no anexo II da Ata N.º 3, sendo que os candidatos considerados excluídos a título definitivo integraram o anexo I da mesma ata.

4. Nessa sequência, o júri promoveu a aplicação do primeiro método de seleção, a Prova Escrita de Conhecimentos, que teve lugar no passado dia 30 de novembro, e realizou a Avaliação Curricular dos dois candidatos elegíveis para o efeito, cujos resultados encontram-se refletidos respetivamente nos anexos I e II da Ata n.º 4.

5. No dia 15 de dezembro último procedeu-se à aplicação do segundo método de seleção obrigatório, a avaliação psicológica ou entrevista de avaliação de competências, consoante a concreta situação jurídico-funcional de cada candidato, para a qual foram convocados os candidatos que na prova de conhecimentos e na avaliação curricular obtiveram uma valorção igual ou superior a 9,5 valores, tendo as respetivas classificações sido publicitadas nos anexos I e II da Ata N.º 5, conforme o método de seleção efetivamente aplicado.

6. Os candidatos aprovados no referido método de seleção, ou seja, que alcançaram uma classificação igual ou superior a 9,5 valores, transitaram para a fase seguinte do processo de recrutamento, por via da aplicação do terceiro e último método de seleção – entrevista profissional de seleção, que visou avaliar, com especial enfoque, a experiência profissional e aspetos comportamentais dos candidatos, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal e que se realizou nos dias 29 e 30 de dezembro de 2021. Os resultados deste método de seleção encontram-se reproduzidos no anexo I da Ata N.º 6, que, à semelhança das demais atas exaradas pelo júri e em que se encontram definidos os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valorção final, foi publicada no sítio da internet desta edilidade, em cumprimento do formalismo prescrito no n.º 6 do artigo 11.º da Portaria.

7. Na presente data, o júri procedeu à elaboração do projeto da lista unitária de ordenação final dos candidatos, que se encontra vertido no anexo I desta ata, que da mesma faz parte integrante, para todos os efeitos, e que se materializa exatamente no posicionamento, por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, dos candidatos que completaram o procedimento, em virtude de terem logrado obter aproveitamento nos três métodos de seleção aplicados (cfr. disposto no art.º 26.º da Portaria).

8. Nestes termos, as classificações finais obtidas por cada um dos candidatos foram apuradas mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

a) Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção avaliação curricular, entrevista de avaliação de competências e entrevista profissional de seleção:

$$CF = (AC \times 40\%) + (EAC \times 30\%) + (EPS \times 30\%)$$

Em que:

CF = Classificação Final;

AC = Classificação da Avaliação Curricular;

EAC = Classificação da Entrevista de Avaliação de Competências;

EPS = Classificação da Entrevista Profissional de Seleção.

b) Candidatos que foram submetidos aos métodos de seleção prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista profissional de seleção:

$$CF = (PC \times 40\%) + (AP \times 30\%) + (EPS \times 30\%)$$

Em que:

CF = Classificação Final;

PC = Classificação da Prova de Conhecimentos;

AP = Classificação da Avaliação Psicológica;

EPS = Classificação da Entrevista Profissional de Seleção.

Em todos os cálculos efetuados no âmbito das fórmulas apresentadas, bem como na classificação final, foram utilizados valores centesimais com arredondamento por excesso para a casa centesimal imediatamente superior, nos valores obtidos em centésimas iguais ou superiores a 0,05 e para imediatamente inferior, por defeito, nos restantes.

9. Da análise efetuada ao projeto de lista unitária de ordenação final, desde logo se constatou que as candidatas Ana Sofia Costa Henriques e Patrícia Marriço Capacete alcançaram a mesma classificação final em termos quantitativos, mais concretamente, 18,80 valores (dezoito vírgula oitenta valores), fato que determinou a necessidade de o júri se socorrer dos critérios de ordenação preferencial consignados no artigo 27.º da Portaria e, uma vez que não se afigurou possível o desempate por essa via, o recurso subsequente aos critérios plasmados no ponto 12.4 do Aviso publicado na BEP com o código de oferta OE202108/0666, de 31 de agosto, doravante designado por "Aviso".

10. Nesta conformidade e de acordo com o teor da alínea a) do referido ponto 12.4 do Aviso, caso os candidatos se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada como preferencial, aplicar-se-á, numa primeira instância e para efeitos de desempate, o critério do candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção "relevância da experiência profissional". Contudo, no caso em apreço, como ambas as candidatas foram valoradas com 16 valores neste parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção, este critério não se assumiu, por si só, suficiente para destringir qualitativamente as candidatas, pelo que o júri viu-se obrigado a lançar mão do segundo critério plasmado na alínea b): candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção "iniciativa e autonomia".

11. Neste parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção a candidata **Ana Sofia Costa Henriques** alcançou uma valoração de 20 valores, enquanto a candidata **Patrícia Marriço Capacete** foi valorada com 16 valores, fato que determina o posicionamento daquela na **1.ª posição** e desta na **2.ª posição**, respetivamente.

12. De igual sorte, verificou-se que as candidatas Ana Sofia dos Anjos Marques, Rute Santos Neves e Vânia Pamela Simões Sioga obtiveram a mesma classificação final de 17,28 valores (dezassete vírgula vinte e oito valores), assim como o mesmo resultado na prova escrita de conhecimentos, mais

exatamente 19,20 valores (dezanove vírgula vinte valores), pelo que o critério vertido na alínea a) do n.º 2 ou outro do artigo 27.º da Portaria não se arrogou suficiente para pôr termo a esta situação de triplo empate. Sucede que, a aplicação do critério constante da alínea a) do ponto 12.4 do Aviso e que se reporta a "candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção "relevância da experiência profissional" também não favorece o desempate qualitativo das candidatas, uma vez que todas obtiveram 16 valores neste parâmetro.

13. Seguindo para a aplicação do critério plasmado na alínea b) do ponto 12.4 do Aviso em crise, a saber, candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro de avaliação da entrevista profissional de seleção "iniciativa e autonomia", daqui resulta que as candidatas Ana Sofia dos Anjos Marques e Rute Santos Neves granjearam uma classificação de 20 valores e a candidata Vânia Pamela Simões Sioga, 16 valores. Procedendo agora, em segunda instância, ao desempate entre as duas candidatas Ana Sofia dos Anjos Marques e Rute Santos Neves por via da aplicação do critério enunciado na alínea c) do ponto 12.4 do Aviso, que versa sobre o parâmetro "interesse e motivações profissionais" manifestados na entrevista profissional de seleção, a candidata Rute Santos Neves obteve uma valoração de 20 valores, enquanto que a candidata Ana Sofia dos Anjos Marques foi avaliada com um resultado de 16 valores no aludido parâmetro. Tendo por subjacentes os sobreditos critérios de desempate e para efeitos de ordenação final, a candidata **Rute Santos Neves** ocupará, destarte, a **8.ª posição**, a candidata **Ana Sofia dos Anjos Marques**, a **9.ª posição** e a candidata **Vânia Pamela Simões Sioga**, a **10.ª posição** respetivamente.

14. Nessa sequência, avançou-se para a apreciação da terceira situação de empate verificada entre as candidatas Denise Sofia Valente Simão e Joana Pereira Duarte, ambas com 16,40 valores (dezasseis vírgula quarenta valores) de classificação final e 20 valores de pontuação no âmbito do primeiro método de seleção aplicado. Ora, persistindo, uma vez mais, a igualdade classificativa das candidatas em apreço após a devida aplicação dos critérios de ordenação preferencial emergentes do artigo 27.º da Portaria, o júri prosseguiu com a aplicação sucessiva dos critérios expressos nas diversas alíneas do ponto 12.4 do Aviso de abertura do presente procedimento concursal. Vejamos: ambas as candidatas obtiveram a mesma valoração de 12 valores no primeiro critério enunciado na alínea a) (concernente à relevância da experiência profissional; ambas as candidatas evidenciaram idênticas faculdades em matéria de iniciativa e autonomia, logrando obter 16 valores neste parâmetro de avaliação (previsto na correspondente alínea b)); de igual modo, empataram em matéria de valoração dos respetivos interesses e motivações profissionais (cfr. alínea c) do ponto 12.4) com uma avaliação de 12 valores, pelo que foi por via do critério consignado na alínea d) que se consumou o desempate entre as mesmas, na medida em que a candidata Denise Sofia Valente Simão sobressaiu com um resultado de 16 valores no parâmetro de avaliação concernente ao relacionamento interpessoal face à candidata Joana Pereira Duarte, que nesta sede obteve uma classificação de 12 valores. Considerando o exposto, a candidata **Denise Sofia Valente** assumirá a **13.ª posição** e a candidata **Joana Pereira Duarte**, a **14.ª posição** na lista de ordenação final.

15. As candidatas Carla Alexandra Alves Nogueira, Joana Filipa Costa Lima Carreiras e Joana Filipa Pereira de Amorim Alves obtiveram, do mesmo modo, uma igualdade de valoração, quer em sede de classificação final, com 15,92 valores (quinze vírgula noventa e dois valores), quer por via do resultado

alcançado por todas na prova escrita de conhecimentos que foi coincidente nos 18,80 valores (dezoito vírgula oitenta valores). Replicando os raciocínios produzidos nas circunstâncias anteriores e não surtindo efeitos a aplicação do disposto no artigo 27.º da Portaria, cumpriu subsidiariamente aplicar-se os critérios definidos no ponto 12.4 do Aviso.

16. Por via da aplicação do critério de desempate vertido na alínea a) do ponto 12.4 do aviso, que se debruça sobre o parâmetro da relevância da experiência profissional, as candidatas Carla Alexandra Alves Nogueira e Joana Filipa Pereira de Amorim Alves conquistaram a atribuição de 12 valores, sendo que a candidata Joana Filipa Costa Lima Carreiras cingiu-se a 8 valores no parâmetro mencionado. Subsistindo a igualdade de valoração entre as duas primeiras identificadas, a qual se impunha cessar, aplicou-se o critério previsto na alínea seguinte, respeitante à iniciativa e autonomia exteriorizadas pelas candidatas, tendo-se neste ponto destacado a candidata Carla Alexandra Alves Nogueira que alcançou uma classificação de 16 valores face aos 12 valores obtidos pela candidata Joana Filipa Pereira de Amorim Alves. Em termos de ordenação final, a candidata **Carla Alexandra Alves Nogueira** ocupará a **16.ª posição**, a candidata **Joana Filipa Pereira de Amorim Alves**, a **17.ª** e a candidata **Joana Filipa Costa Lima Carreiras**, a **18.ª posição** respetivamente.

17. As candidatas Andreia Filipa dos Santos e Carla Sofia Cardoso Simões mantiveram-se numa situação de igualdade de valoração no âmbito da classificação final obtida por ambas de 15,60 valores (quinze vírgula sessenta valores), no resultado alcançado no primeiro método de seleção (18 valores), e em quatro dos seis parâmetros avaliados na entrevista profissional de seleção (reconduzindo-se, os referidos quatro, às alíneas a), b), c), e d) do ponto 12.4 do aviso publicitado na BEP), paridade que persistiu até à reflexão sobre o critério "conteúdo técnico", no qual a candidata Andreia Filipa dos Santos se destacou com 12 valores face aos 8 valores conferidos à candidata Carla Simões, o que determinou que se posicionassem na lista unitária de ordenação final na **20.ª** e na **21.ª posições** respetivamente.

18. As candidatas Ana Rita de Oliveira Cunha Rocha, Sílvia Cristina Santos Carreira e Sónia Alexandra de Castro Fernandes Amaral equipararam-se em matéria de classificação final, com 15,20 valores (quinze vírgula vinte valores), bem como nos resultados alcançados na prova escrita de conhecimentos, todas com 20 valores na tabela classificativa. Não se tendo demonstrado possível a cessação desta situação de paridade quantitativa, o júri procedeu a este desempate abraçando o critério vertido na alínea a) do ponto 12.4 do aviso, o qual determinou que a candidata **Sílvia Cristina Santos Carreira** se posicionasse em **24.º**, a candidata **Sónia Alexandra de Castro Fernandes Amaral**, em **25.º** e a candidata **Ana Rita de Oliveira Cunha Rocha**, na **26.ª posição**, já que no parâmetro da relevância da experiência profissional e pela ordem ora enunciada, as candidatas obtiveram uma valoração de 20, 12 e 8 valores respetivamente.

19. Uma vez concluída a composição da lista unitária de ordenação final, o júri deliberou notificar os candidatos, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º da Portaria, para, em sede de audiência prévia, virem dizer, no prazo de dez dias úteis o que lhes aprouver sobre o projeto da citada lista, que se encontra reproduzida no anexo à presente Ata.

20. Foi determinado, ainda, que qualquer alegação em sede de audiência prévia deverá ser apresentada mediante o preenchimento do formulário tipo que se encontra disponível na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais, em https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_de_participacao_de_interessados.pdf, e que o processo de concurso poderá ser consultado junto do Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Joaquim Manuel de Avelar, n.º 118, Piso 1, 2750-281 Cascais, todos os dias úteis das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, mediante agendamento prévio.

21. Por último, o júri decidiu remeter para publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Cascais, em <https://www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos> o projeto de lista unitária de ordenação final.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 13h15m, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Presidente

1º Vogal Efetivo

2º Vogal Suplente